

Conselho aprova cassação, ACM faz ameaças e admite renúncia

César Felício
De Brasília

O Conselho de Ética do Senado aprovou ontem por 10 votos a cinco o pedido à Mesa Diretora da Casa de abertura do processo de cassação contra os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). Só os integrantes do PFL ficaram solidários a ACM, durante a reunião em que ficou nítido que o voto aberto foi o fator decisivo para uma vitória tão ampla do parecer de autoria do senador Saturnino Braga (PSB-RJ). Oficializado o resultado, ACM admitiu que irá renunciar logo que constate não ter votos para brecar a cassação e partiu para ameaças.

O primeiro alvo foi o presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), cotado para assumir o ministério da Integração Nacional e que bancou a decisão de fazer a votação no órgão sem voto secreto. "Ele é um fascista, vivendo seus dias de glória que irão desaparecer muito antes do que se pensa", afirmou. Em seguida, direcionou-se contra o governo federal. "O ministro da Fazenda, Pedro Malan, me ligou em janeiro de 1999 para pedir o adiamento da sabatina de Francisco Lopes para a presidência do Banco Central, sem apresentar um motivo razoável. Eu não aceitei. Depois, um amigo dele me disse que este foi o seu maior erro", afirmou.

A renúncia pela primeira vez foi colocada publicamente por ACM como uma hipótese concreta: "Vou brigar até o fim, mas os baianos não vão aceitar que façam qualquer coisa de mim. Seria hipócrita se não dissesse que ela (a hipótese da renúncia) não existe. Nada me fará sofrer humilhação. Não há dúvidas de que não perderei meus direitos políticos e, quando voltar ao Senado, os meus algozes já não estarão mais aqui".

Na sessão de ontem, o PFL apresentou um voto em separado assinado pelos cinco integrantes do partido no Conselho: Paulo Souto (BA), Waldeck Ornêlas (BA), Francelino Pereira (MG), Romeu Tuma (SP) e Geraldo Althoff (SC). Redigido pelo advogado Márcio Thomaz Bastos, o voto admitia a quebra de decoro parlamentar e recomendava a abertura do processo pela Mesa Diretora sem indicar qual a penalidade. Advertia que o Senado deveria seguir o princípio jurídico da gradação e proporcionalidade na pena. É o critério usado por juízes para dar punições diferentes a ladrões de galinhas ou de bancos. Indagou qual seria a pena para um senador que venha a ser acusado de peculato, caso ACM seja cassado por participar da quebra de sigilo em uma votação secreta.

Na primeira votação, para que os senadores optassem por qual parecer deveria ser votado primeiro, se o voto em separado ou o de Saturnino, o PFL perdeu por 10 votos a 5. Na segunda, para aprovar o relatório de Saturnino, ressalvado para uma votação a parte do trecho em que o relator



ACM: a solidariedade do PFL não foi suficiente para vencer o obstáculo representado pelo voto aberto

mencionava a cassação, o PFL não se entendeu. Francelino, Althoff e Tuma aprovaram o parecer, entendendo que o que importava era retirar a referência à punição. Waldeck e Souto votaram contra. Na votação do destaque, nova derrota de 10 a 5.

Sem voto aberto, o texto de Thomaz Bastos poderia produzir um resultado diferente. Pelo menos quatro senadores, Lauro Campos (sem partido-DF), Osmar Dias (PSDB-PR), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Nabor Júnior (PMDB-AC), afirmaram que estavam sendo constrangidos pela opinião pública a votar a favor do parecer. Outro pemedebista, Amir Lando (RO) surpreendeu ao criticar duramente a menção de cassação no parecer de Saturnino, e, numa reviravolta, aprová-lo. A sua justificativa: "A sociedade brasileira entendeu que agora era a hora do juízo final".

A possibilidade de ganhar a batalha nas próximas etapas do processo, quando ele será nova-

mente analisado pelo Conselho, em seguida pela Comissão de Constituição e Justiça e finalmente pelo plenário não chega a entusiasmar nem ACM, nem os carlistas. "Não sei se voto aberto ou secreto faria tanta diferença assim", disse Paulo Souto.

O parecer de Saturnino será encaminhado hoje à Mesa Diretora, mas o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), adiantou ontem mesmo que nomeará o primeiro-secretário da Mesa, Carlos Wilson (PPS-PE), para proferir em um prazo máximo de sete dias um parecer referendando, modificando ou arquivando o relatório aprovado pelo Conselho. O senador se irritou com a interpretação de que teria sido condescendente ao dar a ACM prazos mais longos que o esperado no processo. "Não vou aceitar pressão para descumprir o regimento", disse.

Wilson afirmou que deverá dar a sua opinião em 24 horas, ou seja, nesta sexta-feira, e há sinais de que irá referendar a opinião

de Saturnino. Muito próximo a ACM até o ano passado, tornou-se um aliado de Jader este ano. O seu partido é um dos que mais se empenham pelo processo. Apresentado o seu parecer, o senador Edson Lobão (PFL-MA) está escalado pelo partido para pedir vistas do processo por cinco dias. É o último tempo que ACM e Arruda terão para renunciar preservando seus direitos políticos.

Se ACM caminha para a renúncia como uma forma de continuar na vida política, Arruda marcha para a reta final de sua breve carreira. Dirigentes do PFL se referiam a Arruda como um cadáver, para o qual só faltam a vela e o caixão, enquanto discutiam no plenário fórmulas para conter a pressão contra Antonio Carlos. Na reunião de ontem, Tebet não deixou que Arruda, membro do Conselho, votasse pela abstenção. Declarou-o impedido e convocou o suplente Antero Paes de Barros (PSDB-MT) para votar em seu lugar. (Colaborou Fernanda Melazo, do Valor Online)

RUY BARON VALER

24 MAI 2001
24 MAI 2001